

Lobby e movimento feminista: avanços e controvérsias

Mariana Andrade Barcelos Rosa¹

Palavras-chaves: Movimento feminista, institucionalização, *lobby*.

Introdução

O movimento feminista surgiu nas primeiras décadas do século XX com o propósito de contestar a ordem machista vigente e de reivindicar os direitos das mulheres perante o Estado moderno. Seus discursos com ênfase na igualdade de gênero e práticas democráticas radicais criaram uma cultura política distintiva que valorizava a autonomia e a informalidade de suas ações sociais. A partir dos anos 90, notamos, no entanto, uma reconfiguração da identidade desse movimento que se torna plural, mais formalizado e, em alguns casos, institucionalizado. Assistimos à globalização ou à transnacionalização dos múltiplos feminismos como resposta aos desafios de uma “sociedade civil global” (Jaeger, 2007; Kaldor, 2001; Keohane, 2003) em formação.

A crescente participação dos feminismos nas esferas hegemônicas da política internacional teve um impacto marcante e controverso dentro do campo feminista. As práticas de *lobby* e *advocacy* que caracterizam essa nova vertente institucionalizada contrastam com as do movimento em sua concepção original, delimitando fronteiras cada vez mais rígidas num movimento que se supunha coeso por compartilhar os mesmos ideais e ações coletivas. Nesse sentido, tal trabalho propõe-se a questionar: como a institucionalização, nomeadamente, através do *lobby* e da *advocacy*, afetou e afeta a causa, a organização e o desenvolvimento do movimento feminista? A opção por estas formas de pressão repercute na organização e nas formas de participação das mulheres? Buscar respostas a tais questões possibilita-nos verificar mudanças substantivas nos rumos tomados pelo movimento feminista em seu desenvolvimento histórico. Nesse sentido, torna-se extremamente relevante apreender as rupturas e os novos sentidos que ressignificaram a dinâmica, os discursos e as ações desse movimento.

Metodologia

O presente trabalho parte de uma revisão bibliográfica que discute, primeiramente, o conceito de movimento social a fim de compreender o enquadramento do movimento feminista naquilo que denominamos de “novos movimentos sociais” (Inglehart, 1997,1990; Melluci, 1988,1989; Offe, 1992; Touraine, 1985). Faz-se também uma breve revisão do conceito de *lobby* a fim de contextualizar a prática em discussão. Segue-se, então, com a análise dos avanços e controvérsias do movimento feminista para, enfim, incidirmos sobre o problema levantado e entendermos como ocorreu esse processo de institucionalização e quais foram os seus desdobramentos no interior do movimento feminista.

Discussão

O trabalho busca a princípio situar o movimento feminista dentre os novos movimentos sociais. A revisão bibliográfica resgata as definições de movimento social,

¹ Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail para contato: marianarosa_cs@yahoo.com.br

novos movimentos sociais e redes de mobilização social de autores especializados na área tais como Gohn (1997), Della Porta (2003) e Stock, Pequito & Revez (2003).

De modo geral, o conceito de movimento social pode ser resumido em quatro características elementares: formação de redes informais, compartilhamento de uma identidade coletiva, origem numa realidade problemática de conflito e atuação não-convencional. No entanto, o seu uso sofreu alterações ao longo do tempo para expressar as mudanças sociais decorridas desde o aparecimento dos primeiros movimentos. De acordo com a literatura disponível sobre a temática, até o início do século XX, o conceito de movimento social contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. Somente nos anos 60 e 70 desse mesmo século que os movimentos considerados identitários, tais como os estudantis, feministas, ecologistas, pacifistas, populares e entre outros ganharam notoriedade. A partir desse momento, os movimentos sociais passaram a ser chamados de “novos movimentos sociais” (Inglehart, 1997,1990; Melluci, 1988,1989; Offe, 1992; Touraine, 1985).

Para compor o quadro dos avanços e controvérsias do movimento feminista, já situado dentre os novos movimentos sociais, este trabalho recorreu aos estudos de Sonia E. Alvarez (2000) que identificaram novas tendências nas práticas políticas feministas. Segundo a autora, a segunda metade dos anos 80 e os anos 90 deram lugar a transformações significativas dentro do movimento. Notou-se a proliferação de novas protagonistas, tais como o feminismo negro, feminismo lésbico, feminismo popular, ecofeminismo, feminismo cristão e outros, e, conseqüentemente, o descentramento das práticas feministas, provocado pela expansão do feminismo em diversos espaços e lugares.

As práticas feministas antes restritas a intervenções culturais-políticas somente dentro de grupos ou organizações feministas autônomas foram substituídas por incursões mais freqüentes em arenas sócio-político-culturais dominantes. Buscava-se, assim, ampliar o espectro de atuação do movimento, ultrapassando a específica agenda feminista para articular temáticas globais sob a perspectiva de gênero.

Juntamente com a multiplicação dos espaços de atuação feminista, observou-se a absorção de alguns discursos e agendas feministas pela sociedade civil organizada, a sociedade política e arenas da política nacional e internacional. Nesse sentido, destacou-se o surgimento de Organizações Não-Governamentais (ONGs) com pessoal altamente capacitado e profissionalizado. Foram por iniciativa e liderança das ONGs que se forjaram novas coalizões locais, nacionais e regionais, determinando o aparecimento de redes ou articulações mais formais. As ONGs feministas escoladas na arte de fazer *lobby* aos poucos foram dominando os espaços públicos de discussão, favorecendo a capacidade propositiva do feminismo em processos políticos nacionais e internacionais e aumentando sua influência em arenas políticas globais, regionais e nacionais.

A criação das ONGs feministas, todavia, desempenhou um papel altamente controverso na sustentação e articulação do movimento feminista. Embora ONGs e movimento compartilhem o imperativo normativo de erradicação da subordinação feminina, o seu surgimento implicou em desequilíbrios de poder e acesso desigual a recursos culturais, materiais e políticos. Ademais, as cúpulas e conferências mundiais evidenciaram sua predileção pelas ONGs e a exclusão de grupos feministas autônomos. Esse processo foi suficiente para originar, no seio do movimento, contendas e distinções dualistas, tais como o “movimento burocrático-institucional” *versus* as “feministas independentes”; “as especialistas” *versus* “as metafóricas”; “as onguistas” *versus* “o movimento”, que revelaram cada vez mais um abismo crescente entre as dimensões ético-cultural e estrutural- institucional do projeto feminista.

Conclusões

O descentramento das práticas feministas nos anos 90, verificado pela expansão do alcance dos discursos feministas para uma variedade de espaços e lugares institucionais e extra-institucionais, representou, simultaneamente, avanços na política do movimento e contradições na sua dinâmica interna.

O alargamento das fronteiras revelou um campo feminista totalmente ressignificado, heterogêneo, complexo e permeado por relações desiguais de poder. Isso ocorreu em virtude de uma institucionalização e transnacionalização desse campo que privilegiou o Estado e as arenas políticas internacionais, prejudicando os esforços de transformação cultural por meio de atividades de conscientização, organização e mobilização das bases locais.

O distanciamento da base, que oferece a sustentação do movimento para a implementação e garantia de direitos, sugere que paira uma ameaça de esquecimento do projeto fundador feminista. Nessas condições, o desafio do movimento feminista hoje é recuperar a sua autonomia e democratizar as relações em seu interior. Afinal, embora tenham-se criado redes ou teias político-comunicativas visando a uma maior articulação das energias e atividades feministas, verifica-se cada vez mais desequilíbrios de poder entre as mulheres que atuam em níveis diferentes e ocupam diferentes espaços dentro do campo feminista.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, S. E. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, S.E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

_____. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. **Estudos feministas**, Florianópolis, v.11, n.2, p. 533-540, jul/set. 2003.

GOHN, M. G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Cadernos CRH**, Salvador, v.21, n.4, p. 439-455, set/dez. 2008.

GOSS, K. P. ; PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em tese**: revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, vol. 2, n.1, p.75-91, jan/jul. 2004. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/2_res6.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2011.

SIQUEIRA, M. C. A. Resenha do livro *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civil de Maria da Glória Gohn*. **SER Social**, Brasília, v.12, n.16, p. 234-239, jan/jun 2010. Disponível em: <www.red.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/1025/685>. Acesso em: 10 jan. 2011.

STOCK, M. J. (Coord.); REVEZ, A. M.; TEIXEIRA, C. P. **Velhos e novos actores políticos: partidos e movimentos sociais**. Lisboa: Universidade Aberta, 2005.